

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# Começou o pós-Bolsonaro



**Em ato na Paulista, Bolsonaro se limitou a pedir anistia, enquanto um de seus principais herdeiros, Tarcísio, já o tratava como um retrato na parede, candidatando-se a herdar seus votos**

**A** manifestação bolsonarista de anteontem na Avenida Paulista serviu para evidenciar o contraste entre os objetivos de Jair Bolsonaro e os de quem pretende herdar seu espólio eleitoral. Com um discurso politicamente anódino, Bolsonaro parecia ter-se dado por vencido de que deverá, mais cedo ou mais tarde, prestar contas à Justiça em razão das cada vez mais robustas evidências de que urdiu um golpe para permanecer no poder, restando-lhe apenas apelar por uma improvável anistia. Por outro lado, ao di-

zer que “Bolsonaro não é mais um CPF, não é uma pessoa, ele representa um movimento”, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tratou o ex-presidente, na prática, como um retrato na parede. Sendo ele mesmo perfeitamente elegível, ao contrário de seu padrinho político, Tarcísio claramente se apresentou como candidato a líder desse movimento – numa disputa contra outros vários presentes ao lado de Bolsonaro na Paulista.

Se os termos da convocação para o ato já não escondiam o propósito de Bolsonaro, o discurso do ex-presiden-

te em cima de um trio elétrico reforçou sua intenção de explorar o público presente na Paulista para afrontar, a um só tempo, a História, a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal a fim de escapar da cadeia. “Nós já anistiamos no passado quem fez barbaridades no Brasil”, disse Bolsonaro, referindo-se à anistia que pavimentou o caminho para a redemocratização do País. “O que eu busco é a pacificação. É, por parte do Parlamento, uma anistia para aqueles pobres coitados presos em Brasília”, completou, tratando como “pobres coitados” a malta ensandecida que vandalizou física e moralmente as instituições democráticas no 8 de Janeiro.

Por óbvio, Bolsonaro não dá a mínima para as agruras no cárcere experimentadas por cada um daqueles homens e mulheres, jovens e idosos, que, em seu nome, passaram naquele dia infame pelos tipos penais previstos na Lei 14.197/2021, que trata da defesa do Estado Democrático de Direito. Como sempre, Bolsonaro está preocupado apenas com seu destino – no máximo, com os de seus familiares e aliados próximos. Nesse sentido, é bastante sintomático que Bolsonaro tenha agradecido a seus apoiadores por terem proporcionado “uma fotografia para o mundo, uma imagem para o Brasil e para o mundo do que é a garra do povo brasileiro”. Era só com isso que Bolsonaro estava preocupado.

A política que faltou no discurso de Bolsonaro sobrou no de Tarcísio de Freitas. O governador paulista, único a quem foi dada a palavra entre os governadores presentes na manifestação –

Romeu Zema (MG), Ronaldo Caiado (GO) e Jorginho Mello (SC) –, fez um breve inventário de algumas das alegadas realizações da gestão Bolsonaro. Logo em seguida, destacou que os milhares de manifestantes reunidos na Avenida Paulista lá estavam para “celebrar o verde e amarelo, o amor ao nosso país e o Estado Democrático de Direito”, sendo fundamental “entender os seus desafios”.

O poder de mobilização de Bolsonaro é incontestável, como mostra a multidão reunida na Paulista. Mas, enquanto o ex-presidente se limita a vociferar contra o “comunismo” em cima de um carro de som e a se dizer “perseguido”, Tarcísio e outros já estão com os olhos no futuro e seus “desafios”.

Essa direita se une por Bolsonaro hoje na exata medida da necessidade de preservar para si o potencial eleitoral do “mito” – mas é bom lembrar que o governador paulista, tão agradecido a seu padrinho, é o mesmo que não se sentiu constrangido em estabelecer um diálogo construtivo com o presidente Lula da Silva, demonizado pelos extremistas de camisa da seleção brasileira, e em apoiar a reforma tributária à revelia do ex-presidente. Ou seja, os prováveis herdeiros de Bolsonaro, ao mesmo tempo que compreendem as demandas – muitas das quais legítimas – dos que foram à Paulista, oferecem a superação do radicalismo bolsonarista, não só para ampliar o eleitorado fora da extrema direita, mas, sobretudo, para deixar claro seu caráter democrático – essencial para a pacificação que Bolsonaro só quer da boca para fora. ●

# O impacto da inteligência artificial no trabalho

**Estudo do FMI conclui que, ao expor 40% dos empregos do mundo a seus efeitos, a IA elevará o fosso entre ricos e pobres; educação e proteção social são os únicos antídotos**

**O** Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que 40% dos empregos no mundo estarão expostos aos efeitos da inteligência artificial (AI). O cálculo impressiona porque não haverá remédio para parte desses postos de trabalho: vai desaparecer. Mas, como adverte o estudo *IA Generativa: A Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho*, no qual o dado está inserido, o cenário tende a ainda ser mais doloroso. Ao dizimar atividades laborais e até setores econômicos inteiros, essa revolução tecnológica elevará as tensões sociais em diversas nações e aprofundará o fosso entre os países mais ricos e os mais pobres.

Para o Fundo, esse efeito da IA somente será mitigado com mais e melhores políticas públicas sociais, de distri-

buição de renda e de educação. “Para todas as economias, redes de segurança social e de treinamento para os trabalhadores mais suscetíveis à inteligência artificial são cruciais para assegurar a inclusão”, afirma o estudo, realizado com base em análises do mercado de trabalho, do sistema produtivo e do potencial de absorção dessa tecnologia em 174 países.

A recomendação do FMI vale, sobretudo, para as economias emergentes, como o Brasil e a Índia, e as menos desenvolvidas, entre as quais as africanas e as centro-americanas. Em comum, esse conjunto de nações traz históricos níveis de desigualdade social e, salvo exceções, míngua recursos e/ou vontade política para adotar programas públicos de proteção aos mais vulneráveis. Não se antevê melhora substancial em

suas condições fiscais para mitigar os danos da revolução laboral provocada pela IA – que, certamente, os alcançará. Tensões sociais, segundo o Fundo, estão no radar.

É certo que a inteligência artificial, como destaca o FMI, seguirá um cronograma de absorção mais lento nessa parcela do mundo. Com a ampla massa de empregos de baixa qualificação e o alto grau de informalidade no mercado laboral, os efeitos da IA nesses países serão moderados, se comparados com o mundo desenvolvido. As economias emergentes estarão alinhadas à média global de 40% de empregos afetados, segundo o Fundo. Nas menos desenvolvidas, não passará de 26%. O menor impacto, porém, está muito longe de ser uma bênção. Esses mesmos países tardarão a usufruir das vantagens da tecnologia inovadora: o choque de produtividade, o aumento de renda do trabalho e o crescimento econômico.

Nas economias avançadas, onde modelos de inteligência artificial não raro são patenteados, os efeitos negativos já começam a ser observados no mercado de trabalho. Nos cálculos do FMI, 60% dos empregos serão afetados, dos quais a metade deve desaparecer. Os sobreviventes tenderão a ser profissionais com educação superior nas funções com complementaridade com a IA. Haverá, obviamente, filas de demitidos sem a mínima condição de empregabilidade,

como costuma acontecer sempre que há avanços tecnológicos. Portanto, o risco de tensões sociais tampouco estará afastado no mundo desenvolvido.

Considerado pelos pesquisadores do FMI como caso intermediário entre economias ricas e pobres, o Brasil está sujeito a ver 41% de seus empregos afetados pela IA, em linha com a média mundial.

Para o Fundo, a tábua de salvação para 43,7% dos trabalhadores brasileiros estará na educação superior – um diferencial que lhes permitirá buscar postos de trabalho nos quais a IA seja complementar. A alternativa de correr para setores menos afetados implicará perda salarial. O remédio receitado pela instituição financeira ao País não foge à regra geral: investimento em educação e no reforço dos programas sociais.

A transformação prevista no mercado de trabalho, por força da IA, não tem precedentes, na avaliação do Fundo. Se as máquinas a vapor, a divisão fordiana da produção e a informática deixaram multidões de excluídos e acentuaram as diferenças entre nações industrializadas e pobres, o que está por vir mostra-se mais profundo. A consolidação de um mundo bem mais desigual já está nas contas do FMI. É preciso ouvir a instituição financeira o quanto antes: há antídotos, e eles estão nos investimentos em educação e em segurança social. ●